

**ATA DA 1ª. SESSÃO ORDINÁRIA
EM 1º DE FEVEREIRO DE 2005**

PRESIDENTE : EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL
SUBPROCURADOR- GERAL DA REPÚBLICA : EXMO. SR. DR. WAGNER NATAL
BATISTA
SECRETÁRIA : Bela. VÂNIA MARIA SOARES ROCHA

Às 14 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros NILSON NAVES, BARROS MONTEIRO, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, CESAR ASFOR ROCHA, ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, FELIX FISCHER, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCIULLI NETTO e LUIZ FUX, foi aberta a sessão.

Ausentes, justificadamente, os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA e FRANCISCO FALCÃO e, ocasionalmente, os Exmos. Srs. Ministros EDSON VIDIGAL e FRANCISCO PEÇANHA MARTINS.

Assumiram a Presidência, numa parte da sessão, os Exmos. Srs. Ministros NILSON NAVES e BARROS MONTEIRO.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

P A L A V R A S

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, é com consternação que a Corte registra o falecimento do Juiz-Conselheiro Jorge Alberto Aragão, que foi Presidente do Conselho da Judicatura de Portugal, representando aquele país na última reunião preparatória da Cumbre dos Países Ibero-americanos, que se realizou no Superior Tribunal de Justiça. Em nome do Tribunal, enviei àquele Colegiado as condolências mais sentidas de todos e as pessoais à enlutada família. Jorge era um grande amigo, grande pensador do Direito e entusiasta da integração dos países de língua portuguesa, que, aliás, este ano se reunirão no Brasil por proposta do então Sr. Presidente Nilson Naves, quando S. Exa. representou nosso país na V Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.

C O M U N I C A Ç Ã O

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, na forma regimental, devo fazer um resumo das atividades de 2004, cuja cópia fiz distribuir a V. Exas.

Relatório de Atividades de 2004: Agilidade e Transparência. Vinte Anos em Dois.

Os dois lemas lançados no início desta administração, que poderiam parecer barreiras difíceis de ultrapassar, na verdade, ainda são um sonho e um grande desafio aos servidores, empenhados no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e na luta contínua para escapar das armadilhas da morosidade e atentos aos apelos da sociedade brasileira, tão carente de Justiça.

Se não avançamos uma década no ano de 2004, é com orgulho que constatamos estar bem próximos das metas traçadas.

Um dos exemplos mais significativos é o fato de ter sido eliminado, em apenas quatro meses de trabalho, o atraso de 45 mil processos, estoque que se acumulava desde 1997.

De janeiro a dezembro de 2004, atingiu-se a marca de 241.309 julgamentos, registrando-se o crescimento expressivo de 11% em relação a 2003, quando foram julgados 216.999 processos.

A média de feitos por relator aumentou em 10%. Cada um julgou cerca de 8.452 no ano que passou, contra 7.689 em 2003. Ou seja, um acréscimo de 763 processos por relator.

A eliminação do estoque de 45 mil processos, tarefa muito bem-sucedida graças ao empenho, ao espírito público de toda a equipe e de todos os servidores, comprova que, empregando-se criatividade, dedicação e vontade de fazer, não há obstáculos intransponíveis nem ações milagrosas. Simplesmente dá para fazer.

A implantação de dois turnos de trabalho e o estabelecimento de três distribuições diárias de processos, com a inovação da distribuição remota de qualquer ponto do planeta por meio eletrônico, formam um conjunto de ações que contribuíram, entre outras medidas, para aumentar em 11% a produtividade do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

No índice geral de resultados, conseguimos realizar 90% das metas traçadas no Planejamento Estratégico.

Quanto ao treinamento de servidores, atingiu-se a média de trinta horas *per capita*. Em conseqüência, houve uma melhoria de 79% no desempenho do pessoal treinado.

O servidor foi ouvido. As portas do Gabinete do Presidente permaneceram abertas. Criamos o serviço "Fale com o Presidente", mediante o qual todas as demandas apresentadas pelos servidores via intranet foram respondidas pessoalmente, bem como o serviço "Cartas ao Presidente", por meio do qual cidadãos de qualquer parte do país se dirigem ao Presidente, que responde também pessoalmente. O último acesso a essa página registrava mais de 10 mil comparecimentos.

A criação da Ouvidoria-Geral abriu um novo canal de comunicação com a sociedade, antecipando, portanto, a própria reforma do Judiciário, que, agora, impõe a existência dessas instituições.

No período de junho a dezembro, a Ouvidoria recebeu 5.697 manifestações, uma média de 949 por mês. Pouco mais da metade das consultas, 55,01%, referiu-se especificamente ao STJ. O restante, 44,99%, reportava-se aos mais diversos órgãos públicos. A maior procura é do público em geral (3.206 manifestações), seguida de advogados (1.331), de partes interessadas em processos (982), de servidores (204) e de juizes (64).

Na busca da eficiência em todos os projetos implantados na atual gestão, investiu-se não apenas nos recursos humanos, mas também nos orçamentários. Os resultados são expressivos em razão, inclusive, das economias que fizemos com medidas administrativas restritivas de algumas despesas. Do orçamento de R\$ 461.653.008,00, foram aplicados 99,5%, economizando-se 5,49%. Esse dinheiro foi reaplicado em outros setores e atividades do STJ. Traçou-se a meta de buscar 5% de incrementos de recursos da União, mas foi alcançado muito mais, 6,99%, ao final do exercício de 2004.

Organizado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, o Primeiro Encontro sobre Reforma Judiciária na América do Sul, realizado nos dias 25 e 26 de novembro, significou mais uma etapa importante da presença do STJ no cenário jurídico internacional, especialmente na comunidade de países ibero-americanos.

O evento é um marco histórico, o ponto de partida para a formação de um bloco do Poder Judiciário sul-americano, trabalho que vem sendo paulatinamente construído por este Tribunal desde 2002, quando o atual Presidente ainda ocupava a Vice-Presidência, sob a gestão do Ministro Nilson Naves. Por essa razão, foi criado um setor específico no Gabinete da Presidência, a Assessoria de Relações Internacionais, que apóia as atividades internacionais do STJ.

Por último, não por ser menos importante, registramos a melhoria da percepção da sociedade, que se espelha nos meios de comunicação de todo o País - uma sociedade que hoje já conhece muito bem o STJ: - a que veio, para que serve e o que está fazendo. É de 99% o índice de notícias positivas ou neutras na mídia nacional, segundo o controle que é feito, diariamente, por meio de um robô de busca que temos a nosso serviço, com a mídia impressa a respeito do Tribunal, dos Srs. Ministros e desta Presidência.

Com muita alegria, com muita honra, com muita satisfação, pois, apresentamos o resumo das atividades para enfatizar que tudo foi possível graças ao apoio das

Sras. Ministras e dos Srs. Ministros, à compreensão do Poder Executivo e à dedicada e efetiva colaboração do Poder Legislativo na ação conjunta de promoção da harmonia, porque a independência há de ser praticada pelos relatores na jurisdição. Estamos conseguindo fazer com que o Superior Tribunal de Justiça se afirme no concerto das Cortes do Continente Sul-Americano.
Muito obrigado.

P A L A V R A S

O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (PRESIDENTE): Srs. Ministros, registramos a presença dos estagiários do Ministério da Justiça, provenientes dos mais diversos Estados do País.

Também temos estagiários da segunda turma do Programa de Estágio Não-Remunerado do Superior Tribunal de Justiça. Como é do conhecimento de todos, o projeto era restrito a estudantes do Distrito Federal, mas o estendemos a todo o Brasil. Nesta sessão, temos estagiários de Alagoas, do Amazonas, do Distrito Federal, do Espírito Santo, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Sergipe, de São Paulo e do Tocantins.

Encerrou-se a sessão às 17 horas, tendo sido julgados 13 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 01 de fevereiro de 2005.

MINISTRO EDSON VIDIGAL
Presidente da sessão

VANIA MARIA SOARES ROCHA
Secretária